

Documento do Cosud destaca sustentabilidade e apoio a reformas



Compromisso com o desenvolvimento sustentável, reformas estruturantes, proteção das fronteiras e um pedido para que o governo federal dê suporte aos estados para um possível enfrentamento ao coronavírus estão entre os principais pontos da Carta de Foz do Iguaçu. O documento final do encontro do Consórcio de Integração Sul e Sudeste (Cosud) foi apresentado no sábado (29) pelos governadores das duas regiões, durante uma coletiva de imprensa no Parque Nacional do Iguaçu.

Construída a partir dos apontamentos dos grupos de trabalho que se reuniram na sexta-feira (28) em Foz do Iguaçu, a carta foi assinada pelos

governadores do Paraná, Carlos Massa Ratinho Junior; de São Paulo, João Doria; do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite; de Minas Gerais, Romeu Zema; do Espírito Santo, Renato Casagrande; de Santa Catarina, Carlos Moisés; e pelo governador em exercício do Rio de Janeiro, Cláudio Castro.

Com destaque para a bioeconomia e a sustentabilidade, temas que permearam as discussões do Cosud, os Estados reafirmaram no documento o compromisso com o Acordo de Paris, além de se comprometerem a fomentar pesquisas científicas e novas tecnologias para aliar o desenvolvimento econômico à sustentabilidade ambiental.

Essas questões, afirmou Ratinho Junior, demonstram que os governos estão integrados para buscar soluções e trocar experiências que possam ser aplicadas por cada um dos estados. “No Paraná, por exemplo, criamos programas como o Descomplica Rural, que facilita a agricultura sustentável. O objetivo é que o poder público seja o indutor da geração de riquezas, seja por meio de financiamentos ou com a diminuição de burocracia”, disse. “Esse é o caminho para que a bioeconomia possa acontecer e gerar emprego”, afirmou.

INTEGRAÇÃO

A integração do Sul e do Sudeste por meio do Cosud já prevê ações concretas para os

sete estados. No próximo encontro do grupo, que acontece em maio no Rio de Janeiro, o consórcio será formalizado oficialmente, o que permitirá a adoção de iniciativas conjuntas, como compras regionais compartilhadas.

“Com a formalização, o consórcio poderá atuar como agente jurídico, o que permite estabelecer mecanismos para compras coletivas, notadamente na área da saúde, mas também educação e na área da segurança pública”, explicou o governador João Doria. “O consórcio vai viabilizar a compra de equipamentos de tecnologia, viaturas e armamentos que reforçam a segurança dos estados, principalmente os que fazem fronteira

com outros países, como Paraná e Santa Catarina”, destacou Ratinho Junior.

Também está prevista uma ação integrada para atração de investimentos estrangeiros, projetos de concessões e desestatização, incluindo missões internacionais conjuntas. Outra medida será um esforço coordenado de segurança e combate ao contrabando nas fronteiras, a exemplo da já existente cooperação entre as forças de segurança do Paraná e de São Paulo.

Além disso, os estados também buscarão, junto ao governo federal, mais autonomia e agilidade para licenciamento de portos, gestão ambiental, processos de concessão, renovação de hidrelétricas e licenciamento dos Parques Nacionais.

REFORMAS ESTRUTURANTES

De acordo com os governadores, é essencial que os estados aprovelem as reformas estruturantes para retomar o crescimento econômico, combater as desigualdades de acesso a serviços públicos de qualidade, reforçar os investimentos na infraestrutura regional e para manter o equilíbrio fiscal.

“Reiteramos o apoio às reformas que são importantes para o Brasil e que impactam diretamente em nossos estados”, afirmou o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite. “É unânime entre os gover-

nadores que seja aprovada a Reforma Administrativa, que altere a forma como o governo contrata, remunera e como se dá a relação de governos com seus funcionários”, disse.

Neste sentido, a Carta de Foz do Iguaçu elenca sete pontos principais, que deverão ser encaminhados ao governo federal: apoio à ampliação do Fundo de Manutenção da Educação Básica (Fundeb) e uma distribuição mais igualitária dos recursos da educação entre as regiões; aprovação da Reforma Administrativa; mobilização nacional para a reforma da previdência nos estados; revisão dos prazos para quitação dos precatórios, de 2024 para 2028; reforma tributária, com a construção de um sistema tributário mais simples, progressivo e transparente; aprovação do Projeto de Lei Complementar (PLP) 149/19, incluindo o plano de equilíbrio fiscal, reformulação do Regime de Recuperação Fiscal e o aperfeiçoamento da Lei de Responsabilidade Fiscal; e deliberação em plenário na Câmara Federal do projeto de securitização da dívida ativa da União, estados e municípios (PLP 459/17).

CORONAVÍRUS

Com a confirmação do primeiro caso de coronavírus no Brasil, no estado de São Paulo, os governadores do Cosud também irão encaminhar uma carta ao governo federal reivindicando mais recursos para a saúde

para tratar dessa questão, incluindo a antecipação da vacinação contra a gripe e recursos para a estruturação de uma rede de UTIs. “Estabelecemos a antecipação da vacinação nacional antigripal. A vacinação começará no dia 23 de março, quase um mês antes do período normal dos outros anos”, explicou Doria.

“Mais leitos são necessários porque os pacientes necessitam de isolamento, o que permite o tratamento adequado a quem possa vir contrair o vírus”, explicou o governador do Espírito Santo, Renato Casagrande. “Nossa preocupação é não causar alarde. Os secretários estaduais têm se encontrado com o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, e abordado métodos de prevenção”, salientou.

COSUD

Criado em 2019, o Cosud tem o objetivo de buscar políticas de integração para melhorar a qualidade do serviço público prestado à população do Sul e do Sudeste. Juntas, as duas regiões concentram 71% do PIB nacional e tem uma população de 108 milhões de habitantes. Entre as áreas prioritárias do consórcio estão a segurança pública, combate ao contrabando, sistema prisional, saúde, desburocratização, turismo, educação, desenvolvimento econômico, logística e transportes, inovação e tecnologia.

Fonte: <http://www.aen.pr.gov.br>

Penitenciária de Cascavel ganha horta orgânica

A Penitenciária Estadual de Cascavel (PEC) implementou um novo setor de trabalho para os presos: uma horta orgânica. O objetivo do projeto, denominado Volta ao Campo, é prover uma alimentação ainda com mais qualidade aos detentos e, também, aos servidores do Departamento Penitenciário do Paraná (Depen) lotados na unidade, além da ressocialização, da remição de pena e da profissionalização dos detentos.

“O mais importante neste trabalho todo é a transformação do apenado, principalmente aqueles oriundos do campo, que têm a oportunidade de participar de uma capacitação digna, que vai ao encontro ao que ele sabe e gosta de fazer. Como instituição de execução penal, acreditamos que somente

com educação e trabalho é que a gente muda a realidade da prisão”, ressaltou o diretor-geral do Depen, Francisco Alberto Caricati.

A horta, que tem área inicial de 154 metros quadrados, é composta por 12 canteiros de plantio, com produção de verduras (como alface, agrião e rúcula) para consumo direto. Segundo os idealizadores, a expectativa é que sejam colhidos aproximadamente 5 mil maços por mês. Dez presos passaram por cursos intensivos para que essa expectativa seja cumprida.

Durante uma capacitação de quatro dias eles tiveram 20 horas de aulas teóricas e práticas sobre o funcionamento de uma horta, ministradas pelo educador ambiental do Conselho da Comunidade do município, Fabrício

Nunes Cavalheiro. O órgão é parceiro do Depen no projeto.

“A capacitação teve o objetivo de dar a base inicial aos detentos e os primeiros conceitos de hortas, repassando conteúdos que trabalharam desde a análise do terreno, questões como luminosidade, qualidade da água, irrigação, doenças que podem acometer a plantação e como sanar esses problemas, assim como, fertilidade do solo e as técnicas de plantio”, explicou Fabrício.

De acordo com o educador ambiental, para que o resultado do trabalho seja produtivo, por conta das dificuldades de se produzir em uma horta orgânica, os presos implantados no setor recebem acompanhamento profissional a cada 15 dias. A produção excedente da horta será dis-

ponibilizada aos grupos e projetos atendidos pelo Conselho da Comunidade. Escolas municipais, centros de educação infantil e colégios estaduais estão entre os possíveis beneficiados, de acordo com disponibilidade das verduras.

Uma vez consolidado o projeto todo, outros dez custodiados na PEC devem se dedicar à horta, gradativamente. A ideia da direção da unidade é de que sejam formados dois grupos de trabalho, que se revezem nos períodos da manhã e da tarde e, assim, possam intercalar atividades da horta e de estudo.

“O projeto Volta ao Campo visa aliar os cuidados socioambientais às mais modernas técnicas de campo, horta e plantio, de modo que gere a produção de alimentos saudáveis,

aprendizado e trabalho aos presos da unidade”, afirmou o diretor da PEC, Sebastião Monteiro.

De acordo com o diretor-geral do Depen, a oferta de mecanismos para a reinserção social e profissional dos detentos é constante nas penitenciárias de todo o Estado. “A modernização do sistema penitenciário

do Paraná envolve uma série de fatores, um deles é fazer com que todos os presos do Estado estudem ou trabalhem. As nossas unidades prisionais têm se dedicado muito para que isso ocorra”, destacou.

“Com o projeto, o Conselho da Comunidade de Cascavel, em parceria com a PEC, pretende a

reinserção profissional do preso por meio da educação ambiental, e ainda busca a melhoria da qualidade de vida e a profissionalização do detento para o futuro ingresso no mercado de trabalho”, completou o presidente do Conselho da Comunidade de Cascavel, Jair Dutra de Oliveira.

Fonte: <http://www.aen.pr.gov.br>

